



# Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLVI - Nº 9928 Disponibilização: Sexta-feira, 18 de Outubro de 2024 Publicação: Segunda-feira, 21 de Outubro de 2024

8.078/1990, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **este último Decreto no que couber**, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Legislação Estadual: Decreto Estadual 21.872/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021, no âmbito do poder Executivo Estadual. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Resolução nº 247/2021, que Institui a Política de Governança das Contratações Públicas, o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores e a Política de Gestão de Riscos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí. Instrução Normativa nº 58/2022 do Ministério da Economia e em conformidade com o Manual de Compras e Contratações do TJ-PI. Provimento 01/2023 (SEI nº 3958442) que regula os procedimentos de Compras de bens e de Contratações de serviços no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

## DATA DA ASSINATURA:

Documento assinado eletronicamente por <b>LUCAS MACIEL RIBEIRO GOMES, Usuário Externo</b> , em 18/10/2024, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Documento assinado eletronicamente por <b>Ítalo Márcio Gurgel de Castro, Diretor-Geral</b> , em 18/10/2024, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php">http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php</a> informando o código verificador <b>6068048</b> e o código CRC <b>BC44523D</b> .
Documento assinado eletronicamente por <b>Kamila da Cunha Canabrava, Equipe de Apoio</b> , em 18/10/2024, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php">http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php</a> informando o código verificador <b>6070772</b> e o código CRC <b>6E69D5CF</b> .

## 7.8. Contrato - Extrato 562

Contrato - Extrato Nº 562/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO

**ATO/ESPÉCIE:** Ordem de Fornecimento (Contrato) Nº 267/2024 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 24.0.000123475-3

**CONTRATANTE:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - 040101, CNPJ nº 06.981.344/0001-05

**EMPRESA/CONTRATADA:** F A DE CARVALHO LEAL EVENTOS, CNPJ nº 47.282.733/0001-20

**OBJETO/RESUMO:** Locação de Estrutura de Eventos para realização da "Semana do Servidor do Poder Judiciário Piauiense 2024", que ocorrerá nos dias 21 a 25 de outubro de 2024.

**DO VALOR:** R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais)

### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

<b>Contratação de Estrutura de Eventos para realização da "Semana do Servidor do Poder Judiciário Piauiense 2024"</b>	
<b>Unidade Orçamentária:</b>	04101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
<b>Natureza da Despesa:</b>	<b>339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica</b>
<b>Fonte:</b>	760 - Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas
<b>Projeto/Atividade:</b>	<b>6100 - Custeio Administrativo do Poder Judiciário Estadual</b>
<b>Classificação Funcional:</b>	02.061.0115.6100
<b>Plano Orçamentário:</b>	000163 - 2º Grau de Jurisdição
<b>Valor reservado:</b>	<b>R\$ 3.455,00 (2024NR02591)</b>

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados da publicação de seu extrato no Diário da Justiça.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL :** Legislação Federal/Nacional: Lei nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente, Lei nº 8.078/1990, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **este último Decreto no que couber**, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Legislação Estadual: Decreto Estadual 21.872/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021, no âmbito do poder Executivo Estadual. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Resolução nº 247/2021, que Institui a Política de Governança das Contratações Públicas, o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores e a Política de Gestão de Riscos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí. Instrução Normativa nº 58/2022 do Ministério da Economia e em conformidade com o Manual de Compras e Contratações do TJ-PI. Provimento 01/2023 (SEI nº 3958442) que regula os procedimentos de Compras de bens e de Contratações de serviços no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

## DATA DA ASSINATURA:

Documento assinado eletronicamente por <b>Ítalo Márcio Gurgel de Castro, Diretor-Geral</b> , em 18/10/2024, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
Documento assinado eletronicamente por <b>Felipe Augusto de Carvalho Leal, Usuário Externo</b> , em 18/10/2024, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php">http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php</a> informando o código verificador <b>6068200</b> e o código CRC <b>AC279FDA</b> .
Documento assinado eletronicamente por <b>Kamila da Cunha Canabrava, Equipe de Apoio</b> , em 18/10/2024, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php">http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php</a> informando o código verificador <b>6070789</b> e o código CRC <b>0FDD66F5</b> .